

DA DISTENSÃO À ABERTURA

AS ELEIÇÕES DE 1982

David Fleischer (org.)



EDITORA


UnB

Como 1974 foi a eleição que marcou o declínio da posição hegemônica da ARENA, a eleição de 1982 marcou a ascensão, ao poder, da oposição política ao regime militar (PMDB e PDT) a nível estadual com a eleição direta de dez governadores no Centro-Sul do país; Estados estes responsáveis por cerca de 70% da população, PIB e arrecadação de tributos. De quebra, o PDS perdeu a sua maioria na Câmara dos Deputados, que todos os casuísomos eleitorais dos governos militares tentaram evitar por 18 anos.

Com oito anos de perspectiva histórica, após as eleições municipais de 1988, temos um distanciamento suficiente para compreender melhor os resultados de 1982. Será que esta nova hegemonia do PMDB, finalmente alcançada a partir de 1985, terá uma duração tão curta (pouco mais de 4 anos), enquanto a da ARENA/PDS levou uns 15 para

DA DISTENSÃO À ABERTURA: AS ELEIÇÕES DE 1982



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Cristovam Buarque – Reitor

João Cláudio Todorov – Vice-reitor

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Conselho Editorial

José Caruso Moresco Danni – Presidente

José Walter Bautista Vidal

Luiz Fernando Gouvêa Labouriau

Murilo Bastos da Cunha

Odilon Ribeiro Coutinho

Paulo Espírito Santo Saraiva

Ruy Mauro Marini

Timothy Martin Mulholland

Vladimir Carvalho

Wilson Ferreira Hargreaves

DA DISTENSÃO À ABERTURA

AS ELEIÇÕES DE 1982

David Fleischer (org.)

David Fleischer (org.)

Alexandre de S. C. Barros

Eva Alterman Blay

Eli Diniz

Fernando Henrique Cardoso

Gláucio Ary Dillon Soares

L. C. Bresser Pereira

Luiz Navarro de Britto (*in memoriam*)

Murilo César Ramos

Paulo Roberto da Costa Kramer

Venfcio Artur de Lima

EDITORA



UnB

1988

Este livro ou parte dele não pode
ser reproduzido por qualquer meio sem autorização
escrita do Editor

Impresso no Brasil

Editora Universidade de Brasília
Campus Universitário – Asa Norte
70910 – Brasília, Distrito Federal

Copyright © 1988 by
Alexandre de S. C. Barros et al.
Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília

Equipe Editorial

Editor:

Antonio Carlos Ayres Maranhão

Preparação de original:
Wilma Gonçalves Rosas Saltarelli

Revisão de texto:
Fatima Rejane de Meneses
Wilma Gonçalves Rosas Saltarelli

Supervisão gráfica:
Antônio Batista Filho

Arte-final:
Valperino Andrade

Capa:
Luiz Eduardo Rezende

ISBN
85-230-0263-4

Ficha Catalográfica
elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

D614d Da Distensão à Abertura: As Eleições de 1982. /
Alexandre Barros... [et al.]; David Fleischer, org.
– Brasília: Editora Universidade de Brasília,
1988.

252 p.

324(81)

Barros, Alexandre, colab.
Fleischer, David, org.

SUMÁRIO

SOBRE OS AUTORES	07
APRESENTAÇÃO	11
O CONTEXTO	
1 – Os Limites da “Abertura” e a Sociedade Civil	17
<i>Luiz Carlos Bresser Pereira</i>	
2 – Dependência e Democracia	37
<i>Fernando Henrique Cardoso</i>	
3 – As Desventuras da Engenharia Política: Sistema Eleitoral <i>versus</i> Sistema Partidário	61
<i>David Fleischer</i>	
SISTEMA PARTIDÁRIO	
4 – A Política Brasileira: Novos Partidos e Velhos Conflitos	91
<i>Gláucio Ary Dillon Soares</i>	
5 – O Novo Pluripartidarismo: Perfil Socioeconômico da Câmara dos Deputados (1979 <i>versus</i> 1983)	119
<i>David Fleischer</i>	
PARTICIPAÇÃO DE GRUPOS	
6 – Empresariado e Transição Política no Brasil: Problemas e Perspectivas	159
<i>Eli Diniz</i>	
7 – A Participação das Mulheres na Redemocratização	185
<i>Eva Alterman Blay</i>	
8 – Os Militares e a “Abertura” no Brasil	207
<i>Alexandre de S. C. Barros e Paulo Roberto da Costa Kramer</i>	
9 – A Televisão no Brasil: Desinformação e Democracia	215
<i>Venício Artur de Lima e Murilo César Ramos</i>	
CONSEQÜÊNCIAS	
10 – As Eleições de 1982 e as suas Conseqüências	237
<i>Luiz Navarro de Britto</i>	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	249

SOBRE OS AUTORES

ALEXANDRE DE SOUZA COSTA BARROS – Natural do Rio de Janeiro, fez seu curso de graduação em Sociologia Política na PUC-Rio. Completou seu mestrado e doutorado em Ciência Política na University of Chicago. Foi docente na Universidade de Brasília, no IUPERJ e na ESG. Em 1986, voltou a Brasília como pesquisador associado *senior* junto ao Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

DAVID VERGE FLEISCHER – Natural de Washington, DC, fez seu curso de graduação em Ciência Política em Antioch College, e o mestrado e doutorado na University of Florida. Foi professor visitante na UFMG e na University of Florida, e Senior Research Fellow na State University of New York at Albany. Professor adjunto de Ciência Política na Universidade de Brasília desde 1972, prestou assessoria à Primeira Secretária do Senado Federal (1985-86). Entre as suas publicações, destacam-se: *Brazil in Transition* (1983); *The Latin-American Military Institution* (1985); *Recrutamento Político em Minas Gerais* (1971); *The Political and Economic Future of Brazil* (1987); e *Partidos Políticos no Brasil* (1981).

ELI DINIZ – Natural do Rio de Janeiro, fez seu curso de graduação em Ciências Sociais na UFRJ, o mestrado no IUPERJ (1971) e o doutorado na USP (1978). Atualmente é professora adjunta no IUPERJ, e já foi docente na PUC-RJ e no Conjunto Cândido Mendes. Suas publicações incluem: *Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil, 1930/1945* (1978); *Voto e Máquina Política* (1982); e *Políticas Públicas para Áreas Urbanas* (1982).

EVA ALTERMAN BLAY – Natural de São Paulo, fez seu curso de graduação em Ciências Sociais na USP, onde é livre-docente. É presidente do Conselho Estadual do Conselho da Condição Feminina, e em 1986 foi candidata ao Senado pelo PMDB em São Paulo. Já publicou vários trabalhos, inclusive: *Trabalho Doméstico, a Mulher na Indústria Paulista* (1978); *As Prefeitas* (1979); *A Luta pelo Espaço* (1979); *Mulher, Escola e Profissão* (1981); e *Vilas Operárias* (1985).

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Natural do Rio de Janeiro, fez seus cursos de graduação e livre-docência na USP, onde foi professor de Sociologia até 1968. Fundador do Cebrap, foi professor visitante no Chile, França, Inglaterra e Estados Unidos. Foi presidente da Associação Internacional de Sociologia (1982-86). Em 1983 foi efetivado como senador (PMDB-SP), e reeleito em 1986. No Congresso foi líder do governo e líder do PMDB no Senado. Suas publicações de maior relevo: *Capitalismo e Escravidão; Empresário Industrial e Desenvolvimento*

Econômico no Brasil; Mudanças Sociais na América Latina; Dependência e Desenvolvimento na América Latina; Política e Desenvolvimento nas Sociedades Dependentes; Autoritarismo e Democratização; Modelo Político Brasileiro; e As Idéias no seu Lugar.

GLÁUCIO ARY DILLON SOARES – Natural do Rio de Janeiro, fez seu curso de graduação em Direito na PUC-Rio, e seu doutorado em Sociologia na Washington University em St. Louis. Foi docente na Flasco-Chile, Universidade de Brasília, ESSEX, UCLA E IUPERJ. Desde 1974 é professor titular na University of Florida. Suas numerosas publicações incluem: *Sociedade e Política no Brasil* (1973); *A Questão Agrária na América Latina* (1982); e *Colégio Eleitoral, Convenções Partidárias e Eleições Diretas* (1984).

LUIZ CARLOS BRESSER PEREIRA – Natural de São Paulo, fez seu mestrado em Administração na Michigan State University, e doutorado em Economia na USP. É professor titular de Economia na Fundação Getúlio Vargas (SP), e colaborador permanente da *Folha de S. Paulo*. Foi presidente do Banespa (1983-85); e secretário de governo (1985-87) e de Ciência e Tecnologia (1987) do Estado de São Paulo. Em 1987, assumiu o Ministério da Fazenda. Suas publicações mais importantes incluem: *As Revoluções Utópicas* (1969); *Desenvolvimento e Crise no Brasil* (1968, 2ª Edição, 1984); *Estado e Subdesenvolvimento Industrializado* (1977); *O Colapso de uma Aliança de Classes* (1978); e *A Sociedade Estatal e a Tecnoburocracia* (1981).

LUIZ NAVARRO DE BRITTO – Natural de São Félix, Bahia, fez seu curso de graduação em Direito na UFBA (1957), e o doutorado em Direito Constitucional e Ciência Política na Universidade de Paris (1961). Foi docente na UFBA, membro do CFE, chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, secretário da Educação e Cultura no Estado da Bahia, e diretor técnico da OEA em Washington. Faleceu neste último posto em 1987. Entre as suas publicações destacam-se: *O Parlamento no Mundo Moderno* (1982); *Teleducação: O Uso de Satélites* (1981); *Educação e Política* (1975); *O Veto Legislativo* (1966); e *Politique et Espace Régional* (1973).

MURILO CÉSAR RAMOS – Natural de Lages, Santa Catarina, fez seu curso de graduação em Jornalismo na UFPr (1972), e seu mestrado (1979) e doutorado (1981) na University of Missouri, Columbia (1981). Foi jornalista em Curitiba até a sua transferência para Brasília em 1974 onde atuou como assessor de imprensa. Professor adjunto no Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília desde 1978, é pesquisador do CEC (Centro de Estudos de Comunicação e Cultura). Suas publicações incluem: "Foreign Controls on U.S. Media" (1980); "Em Busca de uma Identidade" (1983); e artigos sobre poder e imprensa na *Folha de S. Paulo* (1983-84).

PAULO ROBERTO DA COSTA KRAMER – Fez seu curso de graduação em Ciências Sociais na PUC-Rio, e seu mestrado no IUPERJ. Foi pesquisador visitante no IRI-Rio, e docente na UFF e na Coppead-UFRJ. Em 1987, transferiu-se para Brasília onde é professor visitante no Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais e assessor parlamentar na Seplan.

VENÍCIO ARTUR DE LIMA – Natural de Sabará, Minas Gerais, fez seu curso de graduação em Sociologia na UFMG, e seu mestrado e doutorado em Comunicação no Institute of Communications Research da University of Illinois (Urbana). É professor adjunto no Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília, e vice-presidente do Centro de Estudos de Comunicação e Cultura (CEC). Autor de vários artigos publicados em revistas especializadas, e do livro *Comunicação e Cultura: As Idéias de Paulo Freire* (1981).

PARTICIPAÇÃO DE GRUPOS

Capítulo 9

A TELEVISÃO NO BRASIL: DESINFORMAÇÃO E DEMOCRACIA*

Venício Artur de Lima e
Murilo César Ramos

“Sinto-me feliz, todas as noites, quando ligo a televisão para assistir ao jornal. Enquanto as notícias dão conta de greves, agitações, atentados e conflitos em várias partes do mundo, o Brasil marcha em paz, rumo ao desenvolvimento. É como se eu tomasse um tranqüilizante após um dia de trabalho.”

Presidente-general Emílio Garrastazu Médici,
em 22 de março de 1973¹.

1 – Introdução

O notório distanciamento da televisão brasileira de fatos importantes para a vida do país, durante toda a década de setenta, é costumeiramente explicado como sendo consequência da rígida censura oficial imposta pelo regime autoritário fechado do período.

De fato, a censura oficial – abrandada para os programas de entretenimento e só formalmente extinta para o jornalismo em 1980 – impediu que vários temas fossem tratados e inúmeras notícias divulgadas, principalmente pela televisão. O poder e a penetração ímpares fizeram com que a televisão se constituísse em veículo ideal não só para legitimar o regime autoritário, como também para se transformar em veículo indispensável ao projeto de integração do mercado de consumo interno e de internacionalização da economia.

É nesse contexto que a ação dos governos pós-64 se torna fundamental à consolidação da indústria eletroeletrônica e à implantação de uma infra-estrutura de telecomunicações no país. E é ainda nesse contexto que se estabelece o virtual monopó-

* Uma primeira versão deste trabalho foi escrita em fevereiro de 1984 para a revista *Chasqui*, publicada no Equador. O artigo é parte de uma pesquisa em andamento sobre as relações entre o Estado e a Televisão no Brasil. Desta forma, algumas das colocações avançadas, aqui, são passíveis de alteração conforme o andamento do projeto.

lio da Rede Globo de Televisão, fruto e expressão máximos do autoritarismo e exemplo de desinformação.

Vencido, todavia, o período do autoritarismo fechado e extinta a censura oficial ao jornalismo, permanece, algumas vezes de forma evidente, a desinformação deliberada na televisão.

Essa nova fase de desinformação sem censura oficial é freqüentemente interpretada como sendo resultado da identidade de interesses entre o regime e a própria televisão, ou entre o regime e as classes dominantes, detentoras das concessões de exploração comercial dos canais de TV.

O argumento central desse ensaio é de que não se esgota na censura oficial nem na identidade de interesses entre o regime e as classes dominantes a explicação para o continuado papel desinformativo da televisão no Brasil. Primeiro porque esses interesses não são homogêneos, muitas vezes fragmentando-se em grupos e frações de poder; e, segundo, porque sendo ambíguos e contraditórios, só preservam suas lealdades, em última análise, aos princípios básicos do sistema capitalista.

Para desenvolver o argumento, retornamos ao período áureo do autoritarismo – o governo Médici, que se inicia no final da década de sessenta – e reconstruímos historicamente a consolidação do monopólio da Rede Globo de Televisão (que se dá paralelamente à sua crescente “ameaça” potencial ao próprio regime) para, finalmente, apresentar três casos exemplares de desinformação deliberada – posteriores a 1980 – e concluir com uma nova tentativa de explicação.

2 – Televisão e poder

Emílio Garrastazu Médici foi presidente do Brasil de 1969 a 1974, o terceiro de uma série de generais que governaram o país desde 1º de abril de 1964². Escolhido por uma junta militar que ocupara o poder para impedir a posse de um vice-presidente civil, na doença do presidente-general Artur da Costa e Silva, Médici assumiu o governo munido de instrumento de exceção sem precedente na história política brasileira: o Ato Institucional nº 5. Esse Ato – em vigor até 1978 – concedia ao presidente da República poderes para cassar mandatos eletivos, confiscar bens, demitir oficiais, promulgar decretos-leis e decretar estado de sítio sem ouvir o Congresso Nacional. O país encontrava-se ainda sob o império de nova Constituição outorgada pela junta que, redefinindo o jogo dos Poderes, hipertrofiava o Executivo em detrimento do Legislativo e do Judiciário. Além disso, vivia o Brasil o período mais conturbado de sua história recente, com a crescente insatisfação social, contida pela repressão aos movimentos sindical e estudantil em 1968, expressando-se agora através de várias ações de guerrilha urbana. Analistas políticos são unânimes em considerar o período Médici como o mais repressivo da história brasileira, superando até mesmo os sombrios anos da ditadura Vargas, durante o Estado Novo, entre 1937 e 1945³.

No plano econômico, foi durante o período Médici que o Brasil viveu a falsa euforia do chamado “milagre brasileiro”. De 1967 a 1972, o país, de fato, registrou altas taxas de crescimento. O Produto Nacional Bruto cresceu à ordem de 10% ao ano e a

inflação foi controlada em torno dos 15%⁴. A imprensa internacional chegou ao extremo de comparar esse “crescimento” aos milagres japonês e alemão do pós-guerra, desconsiderando o fato cruel de que o “milagre” em nosso país era fruto de um modelo politicamente autoritário e economicamente excludente que beneficiava apenas 5% da população brasileira⁵.

Assim, graças à vigorosa repressão e a uma rígida censura à imprensa⁶, além de uma eficiente campanha de propaganda coordenada pela Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República⁷, não foi difícil para o governo criar um clima de euforia, silenciando a resistência popular ao regime. Em edição especial sobre “Os Anos 70”, a revista *Veja*, a de maior circulação no país, sintetizou desta forma o clima da época:

“Como uma sala de espelhos, o país que o general Emílio Médici, mais que governar, encarnou, era o reflexo de sua própria imagem, que a propaganda oficial projetava sobre um fundo escuro de censura. Ele mesmo pareceu acreditar sinceramente nessa miragem⁸.”

Nada simbolizou melhor esse clima de euforia do que o sentimento de orgulho nacional – vivido em todo o país e sabiamente manipulado pelo governo – decorrente da conquista pela seleção nacional do tricampeonato mundial de futebol no México, em junho de 1970⁹. Essa conquista marca também a primeira transmissão direta, via TV, para grande parte do território brasileiro, de um acontecimento internacional. A transmissão do campeonato mundial de futebol constitui, na verdade, o primeiro resultado de um esforço deliberado do governo de implantar no país uma moderna infraestrutura de telecomunicações, indispensável ao seu projeto de “integração nacional”¹⁰.

A televisão brasileira surgiu em 1950, com a inauguração, em São Paulo, da TV Tupi, estação pertencente ao grupo dos Diários e Emissoras Associados, empresa jornalística liderada por Assis Chateaubriand. O Brasil era o quinto país do mundo a ter televisão e o primeiro na América Latina¹¹.

De 1950 até meados da década de sessenta, não conseguiu todavia o país superar a marca de dois milhões de aparelhos receptores de televisão. A partir de 1968, com a implantação definitiva da indústria eletroeletrônica e em face do estabelecimento do programa de crédito direto ao consumidor, as vendas aumentaram rapidamente, ao ponto de, no final daquele ano, já existirem no país cerca de quatro milhões de receptores¹².

Uma faceta importante da televisão brasileira de então era o seu caráter exclusivamente regional. Até 1967 só existiam no país três sistemas de microondas ligando o Rio de Janeiro a São Paulo, Belo Horizonte e Brasília. Foi só depois de 1969, com a inauguração do primeiro Centro de TV da Embratel (Empresa Brasileira de Telecomunicações), no Rio, possibilitando a interligação das emissoras de TV ao Sistema Nacional de Telecomunicações, que se tornaram viáveis as transmissões nacionais diretas de televisão. Em outras palavras, passavam a existir no país as precondições necessárias à criação de uma rede nacional de televisão.

Deve-se ressaltar que tanto a implantação definitiva da indústria eletroeletrônica quanto a existência de um sistema nacional de telecomunicações não teriam sido possíveis sem a decisiva participação e apoio dos governos pós-1964¹³.

As Emissoras Associadas (Tupi) tinham as condições potenciais para se transformarem na primeira rede nacional de televisão. No entanto, elas foram superadas por um outro grupo – as Organizações Roberto Marinho –, ligado ao jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro, que viria a se tornar o mais poderoso da televisão brasileira.

Em 1965, 15 anos depois do início da TV no Brasil, entrou no ar a TV-Globo, Canal 4, do Rio de Janeiro. Essa emissora surgia na esteira de um rumoroso escândalo, objeto de investigação, naquele mesmo ano, por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara dos Deputados, pois seu funcionamento somente se tornara possível graças a um acordo de cooperação técnica e financeira com o grupo norte-americano Time-Life, o que constituía um flagrante desrespeito à legislação brasileira¹⁴.

O acordo Globo-Time-Life fora concretizado em 1962, sendo portanto anterior ao golpe militar que depusera o presidente João Goulart. Após o golpe, não obstante os resultados da CPI, que comprovaram sobejamente o envolvimento ilegal do grupo brasileiro com seu congênera norte-americano, o governo brasileiro preferiu desconhecer não só o relatório final da CPI como também o parecer do Conselho Nacional de Telecomunicações e, depois de um tortuoso processo legal, o segundo presidente militar, general Artur da Costa e Silva, encerrou o caso em setembro de 1968. Na longa tramitação do processo, estiveram envolvidos líderes empresariais, militares e tecnoburocratas, cujo comprometimento com o golpe de 64 demonstra inequivocamente a forte ligação entre as Organizações Globo e os segmentos da classe dominante que “conquistaram” o Estado brasileiro naquele ano¹⁵. Fica claro, a partir de então, o comprometimento recíproco entre o governo e a Globo.

Esse comprometimento, iniciado por ocasião do escândalo Time-Life, se solidifica nos períodos Médici (1969-1974) e Ernesto Geisel (1974-1979), atingindo seu limite máximo no governo do general João Figueiredo (1979-1985), quando a então já consolidada Rede Globo de Televisão transforma-se em um verdadeiro “ministério da informação”, tão poderoso a ponto de assustar o próprio regime.

3 – A consolidação de um monopólio

Ao ser encerrado o processo Globo-Time-Life, o grupo brasileiro já detinha concessões de televisão nos três principais mercados do país: Rio de Janeiro (Canal 4), São Paulo (Canal 5) e Belo Horizonte (Canal 12). Nos quatro anos seguintes, a Globo se instalava também em Brasília, a capital do país, e em Recife, a principal cidade do Nordeste brasileiro, além de ter, em 1972, mais três emissoras afiliadas. A partir daí a Globo deslança uma agressiva política de contratos de afiliação. Dessa forma, em 1973 já eram seis as emissoras afiliadas, número que mais do que dobrou no ano seguinte, chegando a 13. Em 1982, o total de afiliadas passou a 36, isto é, 12 vezes o número de 10 anos atrás.

Chegou então a Globo, em 1982, com uma rede de televisão – a quarta maior do mundo – composta de seis emissoras geradoras, 36 afiliadas e mais cinco estações repetidoras, o que dá um total de 47 emissoras (ver Quadro abaixo), cobrindo 3.505 dos 4.063 municípios brasileiros, o que significa 93% da população total do país e 99% dos 15.8 milhões de domicílios com TV existentes naquela data. Isto representa ainda 74 milhões de telespectadores potenciais¹⁶.

REDE GLOBO DE TELEVISÃO

Anos	1965	1966	1968	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1980	1982
Emissoras												
Geradoras	1	2	3	4	5	5	5	5	5	5	6	6
Afiliadas	-	-	-	-	3	6	13	15	16	18	30	36
Repetidoras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	5
Totais	1	2	3	4	8	11	18	20	21	23	41	47

Fontes: *Mercado Global/Jornal do Brasil/Atlas de Cobertura da Rede Globo – 1982*.

Considerando que, conforme dados de 1980, 75% dessa imensa audiência eram cativos da programação da própria Globo, evidencia-se a existência de um monopólio de fato da Rede Globo na televisão brasileira. Esse monopólio fica ainda mais evidente quando se sabe, por exemplo, que o *Jornal Nacional* – o mais importante dos noticiosos da Rede – é assistido diariamente por uma média superior a 60 milhões de pessoas, o que representa quase o triplo de telespectadores mobilizados por programa semelhante no Japão e mais de quatro vezes os que acompanham o noticiário noturno da BBC inglesa¹⁷.

Ao monopólio da audiência seguiu-se a óbvia concentração da verba publicitária, o que, numa economia de mercado, inviabiliza qualquer possibilidade de concorrência. Dados da Revista *Propaganda*, publicação especializada, em edição especial sobre os 15 anos da Rede Globo (1980), revelam que, para uma verba total de cerca de 500 milhões de dólares empregada na televisão brasileira, nada menos que 70%, ou seja, 350 milhões de dólares, foram para a Rede Globo¹⁸. Paralelamente, a fim de poder otimizar ao máximo esse gigantesco esquema comercial, a Globo implantou um avançado sistema computadorizado de comercialização, o Sistema de Apoio à Comercialização (Siscom), já em operação nos principais mercados brasileiros, que permite às agências e anunciantes, através de terminais próprios, saberem em questão

de segundos a disponibilidade de espaço publicitário da programação nacional da Rede. O Siscom fornece, além disso, a relação dos patrocinadores dos programas em qualquer data, as informações sobre o produto, pela marca ou nome do fabricante, e até mesmo o nome da agência¹⁹.

Nos dias de hoje, nada ilustra melhor o poder da Globo do que a expansão para novos setores da indústria cultural, avançando ainda para outros campos da atividade econômico-financeira, constituindo-se, portanto, num conglomerado típico do capitalismo monopolista o qual, inclusive, é o terceiro maior exportador de programas de televisão do mundo, colocando-se atrás apenas dos Estados Unidos e da Inglaterra²⁰.

Esse conglomerado é hoje constituído, além da Rede Globo de Televisão, pelo jornal *O Globo*, de maior tiragem no país, circulando desde 1925; pelo Sistema Globo de Rádio, com 17 emissoras AM e FM; por uma editora, a Rio-Gráfica; e mais o Sistema Globo de Gravações Audiovisuais, que inclui a gravadora Som Livre; a Telecom-Indústria Eletrônica; uma empresa de promoções de espetáculos, a Vasglo; uma empresa de promoção e galerias de arte; além da Fundação Roberto Marinho²¹, que, dentre outras atividades, hoje vem assumindo questionável papel de liderança no campo da teleeducação, até então responsabilidade precípua de uma rede de emissoras públicas²².

A constatação da existência real desse monopólio de uma empresa privada remete à questão central de identificar quais as circunstâncias históricas que possibilitaram tamanha concentração de poder em uma só indústria cultural.

Não há dúvida de que a consolidação do monopólio da Rede Globo de Televisão se deu paralelamente à consolidação no Brasil de um modelo econômico excludente que, apoiado num regime autoritário, teve na Globo um importante aliado e cúmplice. Do ponto de vista econômico, foi indispensável seu papel na integração de um país de dimensões continentais, via a integração do seu mercado consumidor²³. Do ponto de vista político, a programação da Globo foi indispensável como veículo de uma mensagem nacional de "otimismo" desenvolvimentista, fundamental para a legitimação e sustentação do autoritarismo²⁴.

Em janeiro de 1972, o então ministro das Comunicações, Higinio Corsetti, às vésperas da implantação da televisão em cores no Brasil, explicitou claramente o que o regime esperava das emissoras de televisão:

"No caso brasileiro, a TV não é só o veículo em ação, com sua potência comunicativa. Precisamos não esquecer que hoje, para nós, a TV é também um fator de desenvolvimento, um precioso instrumento de integração social e econômica... É preciso conciliar os interesses das estações com o que deve ser feito em termos de interesse nacional e do telespectador... Minha preocupação com a qualidade da programação, portanto, ainda mais se justifica: os novos telespectadores que estamos incorporando precisam ser bem informados e receber mensagens positivas²⁵."

Cerca de dois anos depois, em dezembro de 1973, a mesma autoridade admitia ter sido a Globo a única emissora de televisão que cumprira até então as exigências do Governo Federal, ou seja, "a transmissão eletrônica de recreação, informação e

educação, nas mãos da iniciativa privada, alicerçada numa sólida estrutura de empresa moderna”²⁶.

A expressão máxima da programação “otimista” da Globo, que atendia às exigências do regime – aliás, as mais convenientes para os seus próprios interesses de empresa monopolista – foi o chamado Padrão Globo de Qualidade, firmado com a chegada da televisão em cores em 1972 e predominante até hoje: a opulência visual, a sanitização da imagem, a expulsão de fatos importantes para a vida do país das telas de televisão. Para a Globo dos anos setenta, espelho fiel do regime, não existiam conflitos sociais, repressão, pobreza.

Nada sintetiza melhor esse Brasil “global” do que o texto da mensagem de fim de ano da Rede, veiculada durante toda a década: “Hoje é um novo dia de um novo tempo que começou / Nesses nossos dias as alegrias serão de todos, é só querer / Todos os nossos sonhos serão verdade, o futuro já começou / Hoje a festa é sua, hoje a festa é nossa, é de quem quiser, de quem vier...”²⁷

Anos mais tarde, aliás, um alto funcionário da Rede Globo, referindo-se ao período Médici, admitiu que:

“Deu-se um belo casamento da Globo com a imagem de Brasil Grande. A Globo passou a ser representante dos ideais e sonhos do milagre, do ufanismo desenvolvimentista, do *glamour*, acima inclusive das próprias crises e dos próprios altos e baixos do sistema nesses 15 anos. A Globo virou o baluarte da classe média, pairando acima da realidade e vendendo ao espectador um Brasil bonito, bem-sucedido, um Brasil de milagre. Foi afinidade, não foi um plano maquiavélico de ninguém. A Globo é, sem dúvida alguma, o produto mais bem-acabado e mais bem-sucedido da ditadura. A Globo concretizou uma abstração: Ordem e Progresso”²⁸.

Tamanho foi o sucesso desse “casamento” que a Rede Globo, ao fim da década de setenta, podia anunciar que “dos 10 programas mais assistidos no Rio e em São Paulo, 10 são da Globo. E isto se repete há 10 anos”²⁹.

Esse monopólio virtual, porém, já em meados da década de setenta começava a preocupar até mesmo a figuras do próprio regime, conscientes do poder político que se concentrava nas mãos de uma única indústria cultural privada. Sem se referir especificamente à Rede Globo, o então ministro das Comunicações, comandante Euclides Quandt de Oliveira, afirmou:

“O acúmulo de poderosos veículos de comunicação de massa em mãos de um grupo com interesses comerciais ou ideológicos constitui um grande perigo, pois eles são o maior instrumento de apoio ou contestação: podem ficar fora do alcance de qualquer instituição controladora ou moderadora e se transformarem em hidras do dia de hoje... O monopólio, tanto de canais para um só grupo, como de audiência, é altamente prejudicial. É conveniente proporcionar ao público telespectador opções na área de televisão, considerando-se não só os valores nacionais e regionais, como também os originários de outras fontes”³⁰.

Tal preocupação com a monopolização da televisão assumiria contornos ainda mais definidos. Em março de 1979, subiu ao poder o presidente-general João Figuei-

redo, que incluiu a quebra do monopólio em suas diretrizes de governo. Nelas, podia-se ler que “a formação de redes nacionais será estimulada, especialmente, no campo da televisão, como meio de apoiar a meta de integração nacional e de assegurar a estabilidade econômico-financeira dos empreendimentos dentro de um regime competitivo e equilibrado”³¹.

O crescimento desmesurado da Rede Globo levava, portanto, os próprios artifices do regime a se preocuparem com a questão do monopólio. Isto ficaria mais claro quando, cerca de um ano depois, em depoimento à Comissão de Comunicações da Câmara dos Deputados, o então ministro-chefe da hoje extinta Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Said Farhat, afirmava que “os serviços de televisão no país estão atualmente em estágio de um pré-monopólio, em face da concentração de audiência popular na programação da Rede Globo”³². Era a primeira vez que o regime, através de seu então mais credenciado porta-voz, admitia publicamente o poder e o domínio da Rede Globo de Televisão.

Como consequência dessa preocupação visível do governo Figueiredo com o virtual monopólio da Rede Globo, em 1980, numa decisão até certo ponto surpreendente, foram declaradas peremptas as concessões de sete emissoras da Rede Tupi de Televisão³³. Abertas licitações para novos concessionários, o espólio daquela rede pioneira foi dividido, no ano seguinte, entre dois grupos: o Grupo Silvio Santos, que fortaleceu o SBT (Sistema Brasileiro de Televisão) e o Grupo Bloch, que hoje comanda a Rede Manchete³⁴.

4 – Desinformação e democracia

A partir da edição do Ato Institucional nº 5 e durante a década de setenta existiu na televisão brasileira uma vigorosa censura oficial, cujos tentáculos se estendiam desde o conteúdo de programas de entretenimento – em particular das populares telenovelas – aos programas jornalísticos, dos quais o alvo principal era o líder de audiência, o *Jornal Nacional*. Essa ação censória por parte do Executivo, no que se refere ao jornalismo, vigorou até 1980, quando as emissoras de televisão deixaram de receber os rotineiros recados dos agentes da censura³⁵.

Estudiosos da televisão costumam imputar à censura as principais distorções havidas no conteúdo da programação, em particular do jornalismo. Em sua edição especial alusiva aos “30 anos da Televisão no Brasil”, a revista *Briefing* acentuou que:

“... a programação apresentada pela Globo não alcançou, visivelmente, a perfeição. Entre outras coisas, por interferência bastante grande de uma pesada censura do Governo Federal. Assuntos e temas vários foram pura e simplesmente banidos da TV, sendo a Globo a mais visada por sua liderança de audiência; programas foram desfigurados ou impedidos de ir ao ar, causando, inclusive, pesados prejuízos financeiros e para a imagem da Rede; a análise jornalística e um tratamento mais aprofundado de muitas notícias eram proibidos. Desde o final do governo Geisel e início do atual governo Figueiredo, no entanto, as coisas vêm sendo abrandadas”³⁶.

No entanto, esse argumento de que a desinformação ocorrida na década de setenta foi fruto da ação da censura e de que “as coisas vêm sendo abrandadas” desde o final do governo Geisel não resiste à crítica quando transportamos a análise para dias mais recentes e constatamos que “a censura interna”, reconhecida pela emissora (que desde 1968 mantém, para esse fim em seu quadro de funcionários, um ex-chefe do Serviço de Censura Federal)³⁷, “a autocensura” admitida por seus jornalistas e principalmente os “interesses empresariais” foram, e continuam sendo, mais fortes do que a própria censura oficial.

Com a política de distensão “lenta, segura e gradual” iniciada pelo general Ernesto Geisel em 1974 – que levou ao fim o Ato Institucional nº 5, em 1978, à anistia política em 1979, já no governo do general João Figueiredo, e às primeiras eleições diretas para governadores desde 1965 – o país mergulhou num período de crescente efervescência política e mobilização popular. É neste contexto, em que se intensifica a luta pela democratização, que o papel da Globo como agente de desinformação fica ainda mais evidente, principalmente porque não podem mais seus condutores lançar mão da desculpa da censura oficial.

Neste trabalho, interessa-nos particularizar o telejornalismo como fonte de desinformação deliberada, seja pela importância da televisão como principal fonte de notícias da população, seja pela importância do próprio jornalismo na sociedade, seja mais especificamente pelas características do *Jornal Nacional* – o principal noticioso da Rede Globo – que é também um dos programas de maior audiência da televisão brasileira³⁸.

Três casos são exemplares, por sua profunda significação social e política e pela grandeza de sua repercussão nacional e até mesmo internacional: a) o boicote da Globo ao candidato Leonel Brizola, figura proeminente nos anos anteriores ao golpe de 64, anistiado e candidato, em 1982, ao governo do Estado do Rio de Janeiro; b) a cobertura dada pela emissora à primeira greve dos trabalhadores da indústria petrolífera na história brasileira, em junho de 1983; e c) a cobertura que vem sendo dada à campanha nacional pelas eleições diretas para presidente da República, em 1984.

4.1 – As eleições no Rio de Janeiro, em 1982

Leonel Brizola era, em 1964, o mais controvertido dos políticos contra quem se voltaram os militares. Exilado desde aquela época, Brizola voltou ao país com a anistia de 1979. Em 1982, candidatou-se ao governo do Estado do Rio de Janeiro, o mais importante centro político brasileiro. A candidatura Brizola não agradava ao regime e muito menos à Rede Globo que tinha outras preferências, conforme revelou o ex-diretor da sua Divisão de Análise e Pesquisas, Homero Sánchez, em famosa entrevista publicada em maio de 1983³⁹.

Sánchez, que à época da entrevista já não pertencia mais à Globo, tendo deixado a empresa em consequência da sua ação como conselheiro informal de Brizola durante as eleições, esmiuçou o papel que a Globo desempenhou na tentativa frustrada de se fraudar a eleição no Rio de Janeiro, para impedir a vitória de Brizola.

Conforme a versão de Sánchez, Roberto Irineu Marinho, filho de Roberto Marinho e um dos quatro homens-fortes das Organizações, havia assumido compromissos com o partido governista, cujo candidato era Wellington Moreira Franco. Ao assumir tais compromissos, parece hoje muito provável que Roberto Irineu Marinho tenha se associado implicitamente ao esquema fraudulento montado para impedir a eleição de Brizola. Esse esquema consistia em se iniciar as apurações pelo interior, onde era majoritário o partido do governo, criando a ilusão de uma iminente derrota do político anistiado. Era parte central desse esquema a firma encarregada de computar os votos – a Proconsult –, cujo principal programador era um oficial da reserva do Exército. A Proconsult tinha desenvolvido um programa capaz de subtrair votos de Brizola e adicionar votos para Moreira Franco. Ao divulgar apenas os resultados da apuração oficial, a Rede Globo, líder de audiência, seria vital para o sucesso da fraude, pois emprestaria credibilidade aos falsos resultados que iriam aos poucos sendo fabricados. Ocorre que o jornal concorrente de *O Globo*, o *Jornal do Brasil*, representando interesses em conflito com o sistema Globo, juntamente com sua prestigiada emissora de rádio, desenvolveram um serviço próprio de apuração, a partir dos boletins emitidos pelo Tribunal Regional Eleitoral. Com isso, apresentavam resultados parciais totalmente diversos dos veiculados pela Globo. Já alertado para a fraude, Leonel Brizola autorizou seu partido a desenvolver trabalho paralelo de apuração, utilizando-se de um computador próprio. Essas providências contribuíram para a descoberta da trama, denunciada depois por vários outros órgãos de imprensa⁴⁰.

Ao mesmo tempo, constatada a possibilidade de fraude nas eleições para governador de um grande Estado brasileiro, criava-se um clima de perplexidade junto à opinião pública, pois o candidato Leonel Brizola havia sido votado maciçamente na capital, ao contrário do que a Rede Globo mostrava⁴¹.

Embora a entrevista citada de Homero Sánchez seja muito rica em detalhes sobre o envolvimento da Globo na tentativa de fraude, vale destacar o seguinte trecho:

“O Brizola perguntou o que eu achava. Eu disse: ‘Está parecendo fraude’. (Pergunta do Brizola:) ‘O que tu achas que devo fazer?’ (Resposta:) ‘Bota a boca no mundo. Essa é a atitude que eu tomaria se fosse você, como candidato. Bota a boca no mundo.’ Brizola inclusive me perguntou se devia ir à TV Globo. Nesse momento eu disse para ele: ‘Não te convém ir à TV Globo, porque lá, neste momento, toda a questão da apuração está sob as ordens de Roberto Irineu. *E ele acredita que pode eleger à força o Moreira Franco*. Eu não te aconselharia a fazer isso. Então, ele foi nesta noite de quarta-feira à TV Bandeirantes.” (Ênfase nossa.)

Vê-se, então, pelas denúncias, que durante as eleições para governador, em 1982, a Rede Globo foi muito além da autocensura e da própria desinformação, ao se engajar, segundo o seu próprio ex-diretor, em um processo criminoso de fraude à vontade popular livremente manifesta nas urnas.

4.2 – As greves de Paulínia e do ABC, em 1983

Em julho de 1983, pela primeira vez na história do sindicalismo brasileiro, operários de um setor de atividade considerada de segurança nacional entraram em greve. Os trabalhadores da Refinaria de Paulínia, no Estado de São Paulo, paralisaram suas atividades reivindicando o fim da rotatividade e garantia de estabilidade no emprego. Os petroleiros de Paulínia foram acompanhados nesta greve por operários de outras refinarias da Petrobrás, a maior empresa brasileira que detém o monopólio estatal da exploração e refino do petróleo. Em seguida à greve dos petroleiros, metalúrgicos da região industrial do ABC (as cidades de Santo André, São Bernardo e São Caetano, nas proximidades da Grande São Paulo) entraram também em greve em solidariedade aos trabalhadores da Petrobrás⁴².

Ao ser deflagrada a greve de Paulínia, as principais emissoras de rádio e televisão de São Paulo deram ampla cobertura àquele inusitado evento político, econômico e social. Isto levou o Departamento Nacional de Telecomunicações (Dentel), órgão subordinado ao Ministério das Comunicações, a lacrar, arbitrariamente, no dia 8 de julho, os transmissores da Rádio Bandeirantes de São Paulo. Essa ação intimidatória do governo afugentou as outras emissoras de rádio e televisão – menos poderosas do que a Globo – da cobertura da greve. A Rede Globo, todavia, prosseguiu na sua tarefa jornalística.

Ocorre que, pressionados indiretamente pela ação do Dentel, mas sem que tivessem recebido qualquer determinação dos altos escalões da sua emissora, os jornalistas da Globo – num comportamento, aliás, típico dos meios de comunicação de massa como aparelhos reproduzidores do *status quo* – imprimiram um tom à cobertura que sempre minimizava a ação dos grevistas, enquanto dava destaque às oposições patronais e governamentais.

Isto foi admitido explicitamente por um dos jornalistas da emissora mais envolvido na cobertura, que afirmou:

“Quando sinto que a Globo é a única a dar as informações, procuro encaixar a cobertura nos padrões que conheço da empresa. Sei que se eu fizer uma matéria que vai incomodar, acabarei não cobrindo coisa alguma. Afinal, em jornalismo o importante é primeiro dizer a verdade e, em segundo lugar, permitir que a matéria continue saindo⁴³.”

Não obstante a “racionalização” feita pelo jornalista, para justificar seu comportamento na cobertura, o fato é que o acatamento puro e simples dos “padrões” que ele conhece da sua empresa resulta em séria distorção da informação.

Neste caso, a desinformação foi fruto da autocensura, reconhecida expressamente, à época, por um dos editores do *Jornal Nacional* em São Paulo, que não hesitou em admitir que “aqui na Globo bandido não fala”, referindo-se à preferência da emissora por fontes oficiais. Durante as greves de Paulínia e do ABC ficou patente que o trabalhador continua sendo o grande “bandido” da Globo.

Nesse particular, vale a pena registrar a cobertura reservada pela emissora à Greve Geral convocada pelos principais sindicatos brasileiros para o dia 21 de julho de 1983. Ela foi totalmente banida do *Jornal Nacional*, por determinação não de qual-

quer órgão censório oficial, mas da própria direção da empresa, conforme testemunho de seus profissionais de São Paulo.

4.3 – A Campanha nacional pelas eleições diretas para presidente da República, em 1984

A Emenda Constitucional nº 22, em vigor desde 29 de junho de 1982, prevê a eleição do próximo presidente da República, em 1985, por um Colégio Eleitoral composto por senadores, deputados federais e delegados das Assembléias Legislativas estaduais. A maior parte desse Colégio Eleitoral foi escolhida durante as eleições gerais de 15 de novembro de 1982. Todavia, a Emenda Constitucional nº 22, aprovada ao final da legislatura passada, tinha como objetivo claro o controle do processo sucessório pelos atuais detentores do poder no Brasil. Assim, a legitimidade do Colégio Eleitoral vem sendo questionada pelos partidos de oposição, principalmente devido à desproporção flagrante entre os membros votantes no Colégio e o número real de eleitores por Estado da Federação brasileira⁴⁴.

Tendo em vista a profunda crise econômica, social e política que o país ora atravessa, mais o reiterado insucesso do atual governo na implantação de medidas capazes de equacionar satisfatoriamente a grave situação, tornou-se prioritária a solução da crise política. Na atual conjuntura, isto significa devolver ao eleitor o poder de escolher diretamente seu presidente que, eleito dessa forma, teria o indispensável apoio e respaldo populares para encontrar soluções para a crise.

Foi a partir dessa realidade política que os partidos de oposição se uniram numa bem-sucedida campanha de mobilização popular que visava basicamente pressionar o Congresso Nacional a aprovar, em 25 de abril, uma proposta de Emenda Constitucional do deputado Dante de Oliveira que restabelecia a eleição direta para presidente da República já a partir de 1985. Iniciou-se uma série de concentrações populares que, com o correr do tempo, assumiram uma proporção tal a ponto de terem transformado a eleição direta num grande consenso nacional.

Desde o início, a campanha pela eleição direta foi vista pelo governo como uma ameaça real à sua continuidade no poder. Ainda em dezembro de 1983, em seu discurso de fim de ano, o general João Figueiredo advertia a nação de que "além de ineficaz (...) a campanha pela eleição direta reveste, agora, caráter meramente perturbador"⁴⁵.

Mas foi a partir do lançamento efetivo da campanha pelas oposições, com um comício na cidade de Curitiba (12/1/1984), capital do Estado do Paraná, no sul do país, que o governo pressentiu a possibilidade de perder o controle do processo político, vendo-se na provável contingência de restabelecer a eleição direta e quase que certamente ter que dar posse a um presidente da República vindo das hostes da oposição brasileira. Isto poderia significar também o fim do ciclo autoritário instalado pelo Movimento de 1º de abril de 1964.

Do ponto de vista da televisão brasileira, o fato central foi a total ausência de cobertura, por parte da Rede Globo, de qualquer informação relacionada com a campanha pela eleição direta até duas semanas antes da votação da Emenda Dante de

5 – Conclusão

“A televisão é um veículo solidário com o sistema dominante⁵⁴.”

Armando Nogueira, diretor da Central
Globo de Jornalismo.

Enquanto perdurou o regime de exceção do AI-5, havia uma dupla identificação da Globo com o regime: em primeiro lugar, a Rede Globo representava o modelo de empresa capitalista moderna e eficiente que mais se ajustava à política oficial de desenvolvimento excludente, concentrador e transnacionalizado; em segundo lugar, não só no jornalismo, mas no conjunto de sua programação, a Rede Globo foi instrumental para a criação do clima de euforia e de uma visão deformada da vida do país que legitimava a própria estrutura socioeconômica em que se inseria. Isto é, foi instrumental sendo desinformativa. Dessa forma, ao servir ao regime, desinformando, a Rede Globo servia a si própria, trabalhando para consolidar o seu monopólio e o conglomerado de empresas a que pertence.

Havia, é claro, neste período, a desculpa da censura. Mas os nossos casos exemplares, posteriores ao fim da censura, demonstram que a identidade da Globo com o regime, pelo menos no que diz respeito ao jornalismo, ultrapassa a própria ação da censura governamental. Não seria difícil, portanto, explicar o comportamento desinformativo da Rede Globo de Televisão a partir da sua identificação mais ampla com o regime. Tanto Leonel Brizola, quanto o trabalhador em greve e, principalmente, a campanha pela eleição direta, representam, cada caso ao seu modo, uma ameaça real à sobrevivência do regime instalado à força no país com o Movimento de 1964. Aliada fiel do regime, a Globo desinformou para fazê-lo sobreviver e, assim, sobreviver também.

Por outro lado, não podemos deixar de lembrar que o crescimento desmesurado da Rede Globo de Televisão, durante a década de setenta, conseguiu transformá-la numa instituição tão poderosa que assustava ao próprio regime. Não foi sem motivo que o ministro das Comunicações manifestou, em 1975, seu temor ao monopólio da televisão que, segundo ele, constituía um “grande perigo”, na medida em que era “instrumento de apoio ou contestação”, podendo “ficar fora do alcance de qualquer instituição controladora ou moderadora e se transformar em hidra dos dias de hoje”. Essa preocupação do ministro torna transparente a contradição em que o regime se envolveu: alimentou o monstro que poderia eventualmente desafiá-lo.

Mas, se aparece aí uma contradição do regime em relação à Globo, seria possível identificar a situação inversa: contradições da Globo em relação ao regime?

No caso das eleições no Rio de Janeiro, em 1982, o comportamento desinformativo da Rede Globo se vinculava a um esquema mais amplo que tinha por objetivo a “eleição” para governador do candidato do partido do governo. Esse esquema mais amplo transformou-se num escândalo nacional e fracassou. Leonel Brizola venceu as

Oliveira⁴⁶. Essa omissão chegou ao ponto de a emissora ignorar completamente o comício de Curitiba em seu *Jornal Nacional*, um evento político sem precedentes naquela capital, que levou às ruas um total aproximado de 50 mil pessoas⁴⁷.

Em seguida a Curitiba, o outro grande evento da campanha pelas diretas aconteceu na cidade de São Paulo, no dia 25 de janeiro. Naquele dia, feriado por ser o aniversário da cidade, mais de 300 mil pessoas acorreram à Praça da Sé para participar do comício. Impossibilitada de ignorar inteiramente o fato, pois a campanha a essa altura já estava sendo coberta por emissoras concorrentes, a Rede Globo registrou o comício no *Jornal Nacional*, mas o fez de maneira distorcida, apresentando-o como se fosse apenas mais um evento em comemoração ao aniversário da cidade, minimizando o ato político e maximizando a presença de consagrados artistas populares.

Enquanto a campanha da eleição direta se espalhava por todo o país, através de novos comícios e atos públicos, os partidos de oposição preparavam o terceiro grande evento, a ser realizado em Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais e terceira cidade em população do país. O comício foi realizado no dia 24 de fevereiro e levou às ruas centrais daquela capital número superior de pessoas ao verificado em São Paulo. Mais uma vez a Rede Globo minimizou o evento no *Jornal Nacional*, apresentando apenas rápidas imagens da multidão e de oradores, acompanhadas de um texto pouco expressivo.

Em outras palavras, a detentora do virtual monopólio da informação e do entretenimento eletrônico no país, capaz de, como ela mesma afirma, "mobilizar o Brasil inteiro em um só dia (ou em 30 segundos)"⁴⁸, insistiu em ignorar, até o limite de sua própria credibilidade pública, uma inequívoca manifestação popular pela democracia.

É importante destacar que nos três casos exemplares de desinformação sumariamente descritos acima as equipes de reportagem e até mesmo atores consagrados da Rede Globo foram alvos de protestos populares.

No caso da eleição no Rio de Janeiro, em 1982, veículos da Rede Globo foram apedrejados por partidários do candidato Leonel Brizola e, em apenas um dia, os funcionários da emissora receberam 3.800 telefonemas de pessoas queixando-se da manipulação na apuração dos votos⁴⁹. No caso das greves de Paulínia e do ABC, conforme depoimento do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, assembléias eram abertas com um alerta aos operários para que não virassem os veículos ou agredissem os repórteres da emissora, como reação ao "caráter tendencioso" dos noticiários⁵⁰. No caso dos comícios pela eleição direta, começou a haver forte reação contra a Globo por parte dos populares, a exemplo do ocorrido em Belo Horizonte, quando um conhecido ator de telenovelas da emissora foi estrepitosamente vaiado aos gritos de "abaixo a Globo"⁵¹.

Vale ressaltar ainda que nesses três casos não houve ação censória "direta" por parte do governo, cabendo à própria Globo a responsabilidade pela desinformação havida⁵². Nos três casos, por outro lado, houve forte reação popular contra a flagrante violação do direito de o público ser informado⁵³.

Cabe então a pergunta: Como explicar esse comportamento jornalístico desinformativo da Rede Globo de Televisão?

eleições para governador do Estado do Rio de Janeiro e, uma vez eleito, procurou o dono das Organizações Globo, negociando com ele uma forma de convivência que atendesse a interesses recíprocos, a qual, com altos e baixos, vem se sustentando desde então.

No caso das greves dos operários de Paulínia e do ABC, a desinformação atingiu um setor que, embora representativo do operariado brasileiro, não consegue ainda sensibilizar com suas causas a maioria da população. Isto tem razões históricas e estruturais. Dessa forma, as conseqüências do comportamento da Rede Globo permaneceram restritas àquele setor, não se constituindo, portanto, em ameaça maior ao seu monopólio.

Em relação à campanha nacional pelas eleições diretas, apesar da posição do regime continuar inflexível, a Rede Globo reverteu inteiramente sua posição inicial, passando a cobrir as manifestações públicas que ocorriam no país e abrindo ainda espaço para políticos na Oposição.

Como explicar esse comportamento aparentemente ambíguo e contraditório da Rede Globo?

Nossa conclusão fundamenta-se no argumento de que a flexibilidade da Rede Globo deve-se à consciente busca de opções que preservem sua posição de virtual monopólio. Vejamos:

Foi o próprio regime que, não obstante seu até então feliz "casamento" com a Globo, encarregou-se de criar as condições para a eventual quebra do monopólio daquela Rede, a partir da divisão do espólio da Tupi, em 1981. Ao posicionar-se contra causas populares, como a eleição de Brizola e a campanha nacional pelas eleições diretas, a Rede Globo entrou em via de colisão com o seu público telespectador, responsável pela sua total liderança de audiência. Além disso, entrou também em via de colisão com setores da classe dominante – líderes empresariais (leia-se "anunciantes"), políticos dissidentes do partido oficial e importantes associações e entidades da sociedade civil – que já haviam se posicionado publicamente a favor do restabelecimento das eleições diretas. Essa via de colisão, por seu turno, poderia representar mais do que vaias para repórteres e atores de telenovelas; ela poderia representar perda de audiência, de credibilidade e, por conseguinte, perda de anunciantes e, finalmente, de lucros. Paralelamente a esse processo, uma das redes nascidas do desmembramento da Tupi, implantada em meados de 1983 e cuja principal geradora localiza-se no Rio de Janeiro, a TV Manchete, começa a firmar seu principal noticioso, em horário quase simultâneo ao *Jornal Nacional*, cobrindo exatamente a campanha pelas eleições diretas.

É legítimo supor que, ao partir para a cobertura das eleições diretas, a Rede Manchete pressentiu o apelo público e, portanto, comercial que essa decisão tinha, sendo, portanto, vantajosa pelo que poderia trazer em termos de audiência, credibilidade, anunciantes e, por conseguinte, lucros. Premida por essa nova circunstância, a Globo aceita a concorrência e, depois de meses de silêncio total, inicia também a cobertura da campanha pelas diretas. O que vem, aliás, ao encontro da tese de seu diretor de jornalismo, Armando Nogueira, para quem "a televisão é um veículo solidário com o sistema dominante".

Na lógica da televisão, esse “sistema dominante” não se confunde necessariamente com o regime e sua inflexível defesa das eleições indiretas, mas sim com a lógica do mercado e do capitalismo.

A se confirmar o argumento central desta conclusão, fica mais uma vez demonstrada que a organização e a mobilização populares, explorando as contradições do sistema capitalista, podem conduzir a avanços na luta pela democracia. É isso o que ocorre na televisão e no Brasil de hoje.

NOTAS

- 1 – Citado In: CARVALHO, Elisabeth *et al.* *Anos 70/televisão*. Rio de Janeiro, Europa, 1980, p. 31.
- 2 – Existe hoje uma vasta literatura sobre o Movimento de 1964. Vale destacar dois livros que documentam o envolvimento direto dos Estados Unidos no seu planejamento e execução. São eles: CORREA, Marcos Sá. *1964 – vitória e comentado pela Casa Branca*. Porto Alegre, L&PM Editores, 1977; e PARKER, Phillis J.. *Brazil – the quiet intervention, 1964*. Austin, University of Texas Press, 1979.
- 3 – Para uma análise histórica do processo político brasileiro no período compreendido entre 1930 e 1964, consultar SKIDMORE, Thomas E. *Politics in Brazil*. Oxford, New York, 1967. Para o período Médici, ver a coletânea organizada por STEPAN, Alfred. *Authoritarian Brazil*. New Haven, Yale University Press, 1973.
- 4 – Para uma análise crítica das conseqüências do “milagre” brasileiro, que também remete a textos pertinentes ao período específico, ver FURTADO, Celso. *O Brasil pós-“milagre”*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- 5 – *The New York Times*, 30.6.1972. Sec. 3, p. 15.
- 6 – Ver o bem documentado trabalho de MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira: 1968-1978*. Rio de Janeiro, Global Editora, 1980.
- 7 – Sobre a propaganda oficial no período do autoritarismo brasileiro, ver GALLETI, Maria Lúza Mendonça. *Propaganda e Legitimação do Poder/Brasil: 1970-1978 (tese de mestrado defendida no Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília em 1981)*. Uma versão resumida apareceu em *Chasqui* (7), julh./set. 1983, sob o título *La legitimación a través de la propaganda*.
- 8 – *Veja*, Edição Especial: Os anos 70 (590):32, 26.12.1979.
- 9 – O clima de falsa euforia, contrastado com a violenta repressão da época, foi retratado por Roberto Faria em seu filme *Pra Frente Brasil*. Tendo como contraponto os jogos do Brasil na Copa do Mundo de 1970, o filme narra a história de um homem comum da classe média que é seqüestrado, torturado e morto por um órgão de repressão clandestino como se fosse um terrorista. O trabalho esteve interdito pela Censura Federal durante nove meses, tendo sido finalmente liberado em fevereiro de 1983, depois que o seu realizador concordou em acrescentar um “prólogo” explicando aos espectadores que o filme mostra uma “página virada da História” e constrói um “libelo contra a violência”. Ver entrevista de FARIAS, Roberto. *Veja* (754):3-6, 16 fev. 1983.
- 10 – O projeto de “integração nacional” era parte essencial da doutrina de “segurança e desenvolvimento” que orientava os governos do regime autoritário. As implicações dessa doutrina para as telecomunicações no Brasil e para a política de comunicação social pós-64 foram discutidas por MATTOS, Sérgio. *The impact of brazilian military government on the development of TV in Brazil (tese de mestrado)*. Austin, University of Texas, agosto de 1980.

- 11 – Os dados relativos à história da televisão utilizados neste trabalho foram extraídos de RAOUL, José Silveira. O desenvolvimento da televisão no Brasil. In: Suplemento do Centenário, *O Estado de S. Paulo*, 4.10.1975.
- 12 – Em 1980, o Brasil já era o sexto país do mundo em número de televisores, superado apenas pelos Estados Unidos, a Inglaterra, a Alemanha Federal, o Japão e a França. Cf. *Jornal do Brasil*, Especial. Trinta anos de TV, quinze de monopólio, 27.4.1980. p. 1.
As estimativas para 1983 são para um total de 22 milhões de aparelhos. Cf. Presidência da República. Secretaria de Imprensa e Divulgação. *Mercado brasileiro de comunicação*, 2. ed., 1983, p. 86.
- 13 – Sobre a implantação da indústria eletroeletrônica no Brasil, consultar FREDERICO, Maria Elvira Bonavita. *História da comunicação – rádio e TV no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1982, cap. 4.
Para compreender a internacionalização dessa indústria, com referência específica ao caso brasileiro, ver MATTELART, Armand. *Multinationales y sistemas de comunicación*. México, Siglo Veintiuno, 1977, cap. 3.
Sobre a implantação do sistema nacional de telecomunicações, ver Sérgio Mattos, *op. cit.*
- 14 – Para uma bem documentada análise do escândalo Globo/Time-Life, ver HERZ, Daniel. A introdução de novas tecnologias no Brasil: tentativas de implantação do Serviço de Cabodifusão – um estudo de caso (tese de mestrado defendida no Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília em 1983, cap. 3).
- 15 – Sobre a conquista do Estado brasileiro por empresários e tecnoburocratas ver DREIFUSS, René Armand. 1964: *A conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, Vozes, 1981.
Para a ligação das Organizações Globo com esses empresários e tecnoburocratas, ver Daniel Herz, *op. cit.*, cap. 3.
- 16 – Cf. *Rede Globo*. Atlas de Cobertura – 1982.
- 17 – *Jornal do Brasil*, *op. cit.*, p. 1.
- 18 – *Propaganda*, Os 15 anos da Globo, 25(285): 20, abr. 1980.
- 19 – *Idem, ibidem*; p. 22.
- 20 – *Veja*, Edição Especial: Os anos 70 (590): 123, 26 dez. 1979.
- 21 – A Fundação Roberto Marinho foi denunciada, em 3.4.1983, de estar disputando com a própria rede de televisão educativa do Ministério da Educação o controle da teleeducação no Brasil. A denúncia prendia-se ao fato de que a Fundação, através de convênio firmado com a Universidade de Brasília, estava prestes a obter uma doação no valor de cinco milhões de dólares para instalação de um centro de produção de programas educativos; doação que viria do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID. O próprio jornal *O Globo* noticiou uma doação do BID, no valor de 2,6 milhões de dólares, no dia 13.4.1983. O assunto chegou a ter grande repercussão na imprensa mas, repentinamente, foi abandonado, sem que para isso houvesse qualquer explicação. Cf. *Jornal do Brasil*, 3.4.1983, p. 22 e *O Globo*, 15.4.1983.
- 22 – Sobre as empresas que compõem o conglomerado das Organizações Globo, conferir *Propaganda*, *op. cit.*, e CARVALHO, Elisabeth *et al.*, *op. cit.*, p. 13.
- 23 – Cf. CAPARELLI, Sérgio. *Televisão e capitalismo no Brasil*. Porto Alegre, L&PM, 1982.
- 24 – Cf. CARVALHO, Elisabeth *et al.*, *op. cit.*, *passim*.
- 25 – *Veja* (175): 49-50, 12 jan. 1972.
- 26 – Citado in: CARVALHO, Elisabeth *et al.*, *op. cit.*, p. 13.
- 27 – Citado in: *idem, ibidem*, p. 11.
- 28 – Citado in: *idem, ibidem*, p. 99-100.

- 29 – *Propaganda, op. cit.*, p. 36.
- 30 – Ministro OLIVEIRA, Euclides Quandt de. *A televisão no Brasil*. Brasília, Ministério das Comunicações, Coordenação de Comunicação Social, 1975.
- 31 – *O Globo*. Figueiredo: radiodifusão é privada e de brasileiros, 1º caderno, 28.3.70, p. 10.
- 32 – *Correio Braziliense*. Farhat confirma monopólio na TV, 15.10.1980.
- 33 – No dia em que as emissoras da Rede Tupi foram declaradas peremptas, o Palácio do Planalto divulgou uma Nota Oficial sobre o assunto. Cf. *O Estado de S. Paulo*, 17.7.1980, p. 4.
- 34 – Cf. *Isto É*. Agora é com o Ibope (223):56-62, 1.4.1981.
- 35 – É necessário que se esclareça que existem pelo menos dois tipos de censura oficial: a chamada censura de costumes e a censura política. A primeira, regulamentada em leis; a segunda é, em geral, arbitrária. Neste trabalho nos referimos especialmente à censura política, pois tratamos de desinformação jornalística, isto é, aquela exercida deliberadamente sobre matérias específicas de informação em programas noticiosos.
- Os autores não ignoram a existência de desinformação na programação de entretenimento, em geral alienada e consumista, e nem ignoram as características especiais dos informativos de TV, seletivos tanto do ponto de vista ideológico quanto do jornalismo propriamente dito.
- 36 – *Briefing*. Videologia – Os 30 anos de televisão no Brasil. 3(25):43, set. 1980.
- 37 – Cf. CARVALHO, Elisabeth. *op. cit.*, p. 28.
- 38 – *Propaganda, op. cit.*, p. 36-42.
- 39 – *Playboy*. Entrevista, maio de 1983.
- 40 – Cf. *Veja*. O computador inimigo – Como a programação feita pela Proconsult sumia só com os votos dados a Brizola. (743):39, 1º dez. 1982.
- 41 – Cf. *Veja*. No show das eleições, um pesadelo – Na cobertura da Globo, muita confusão e pouca notícia. (742):92-93, 24 nov. 1982.
- 42 – Esta seção se baseia no trabalho de RAMOS, Murilo César. O Trabalhador na TV – Bandidos e mocinhos. *Crítica da informação* (4):33-37, out./nov. 1983.
- 43 – Citado in: *idem, ibidem*, p. 35.
- 44 – Para uma interessante análise sobre a ilegitimidade do Colégio Eleitoral, ver SOARES, Gláucio A.D. O Colégio Eleitoral e a placenta política. *Folha de S. Paulo*, Tendências/Debates. 26.2.1984, p. 3.
- 45 – Cf. *O Estado de S. Paulo*, 30.12.1983, p. 4.
- 46 – Sobre a cobertura das emissoras de televisão à campanha das eleições diretas, em especial sobre a “virada” da Rede Globo, ver *Diretas no Vídeo. Veja* (815):93-94, 18.4.1984.
- 47 – As informações sobre os diferentes comícios pró-eleições diretas foram retiradas da *Folha de S. Paulo*, edições dos dias imediatamente antes e depois dos eventos. Para uma análise da cobertura da imprensa, especificamente do comício de Curitiba, ver RAMOS, Murilo César. Espelho, espelho meu. *Folha de S. Paulo*, 13.1.1984, p. 3.
- 48 – Anúncio da Rede Globo publicado no *Mercado Global*, 10(56):6-7, set./out. 1983.
- 49 – Cf. *Veja* (752):92, 24.11.1982.
- 50 – Cf. *Campus*, *Jornal-laboratório do Departamento de Comunicação da UnB*. Meneguelli: imprensa deturpa as greves. (57):3, out. 1983.
- 51 – Cf. *Folha de S. Paulo*, 25.2.1984, p. 4; e *O Estado de Minas*, 25.2.1984, p. 3.
- 52 – A revista semanal *Isto É*, em matéria com o título “Diretas, um tabu na Globo”, comenta: “Não se deve procurar na antijornalística decisão da Globo qualquer soturna interferência do governo,

como nos tempos da censura" (...) A rede Manchete, sem represálias, tem divulgado em rede nacional noticiário sobre as diretas. "Não ouvimos nenhuma queixa do Planalto", garante o diretor de jornalismo da estação em Brasília, Alexandre Garcia. Cf. *Isto É*, 25.1.1984, p. 20.

- 53 – Este tema foi explorado em dois artigos de Murilo César Ramos e Artur de Lima. In: *Folha de S. Paulo*, Tendências/Debates, 16.2.1984, p. 3, sob o título "Do Direito de ser Informado" e 9.3.84, p. 3, sob o título "A Globo é nossa?"
- 54 – Citado in: Carlos Alberto M. Pereira e Ricardo Miranda, *Televisão*, Brasiliense, São Paulo, 1983, p. 126.

desabar? Será que a profecia do Gen. Golbery do Couto e Silva vingar-se – de que a melhor maneira de acabar com o PMDB seria assumir o(s) governo(s) por alguns anos?

A organização deste volume difere um pouco de outras coletâneas do gênero, por se tratar de uma visão mais geral do processo político-eleitoral de 1982, ao invés de estudos estanques de Estados ou partidos específicos. Os onze autores deste volume reúnem uma experiência longa e diversa de militâncias política, eleitoral e de assessoria política que em muito enriquece as suas análises.

Todos os que participaram da organização deste volume ficaram profundamente comovidos com o falecimento precoce do colega Luiz Navarro de Britto, e dedicam esta obra à sua memória.

David Verge Fleischer

Quais foram as conseqüências mais importantes das eleições de 1982 no Brasil? As primeiras eleições diretas para governadores desde 1965, onde a oposição aos governos militares elegeu dez governadores no Centro-Sul, foram na verdade um ato intermediário no drama da transição “lenta, gradual e segura” preconizada pelo Gen. Golbery e o Sen. Petrônio Portela, entre a “vitória moral” do MDB em 1974 e a nova e curta hegemonia do PMDB alcançada em 1985/86. Os onze autores deste volume tentam decifrar o enigma desta eleição – um pano quente para segurar a barra para o governo Figueiredo, o começo da “penetração” do PMDB pela direita que depois vem a ser o “Centro” em 1987-88, ou uma etapa importante na verdadeira democratização do país?